

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O atual governo, apesar das propostas em contrário do PCP, recusou-se a reverter a privatização da CP Carga, que o anterior governo oferecera à multinacional MSC (na sequência da autonomização para privatizar concretizada pelo governo anterior a esse). E prepara agora mais um passo no processo de transferência para as multinacionais do aparelho produtivo nacional, com a oferta da manutenção ferroviária do material circulante (motor e rebocado) de mercadorias à empresa a quem já havia sido oferecida a CP Carga, os seus 2450 vagões e as suas locomotivas.

Nos últimos dois anos, muitas têm sido as inevitabilidades invocadas, todas elas diferentes, mas todas elas conducentes à entrega, de uma ou outra forma, desta parte da EMEF à multinacional MSC. A primeira inevitabilidade resultaria do facto da privatização da CP Carga ter colocado a EMEF a realizar mais de 20% do seu trabalho para outros operadores além da CP, e isso complexificar as relações comerciais entre a CP e a EMEF face às regras da contratação pública.

Foram apresentadas pelo PCP três alternativas ao Governo para resolver esse «problema» sem alienar mais património público e nacional: (1) Bastaria reverter a privatização da CP Carga, e o «problema» desapareceria; (2) Bastaria integrar a EMEF na CP e o «problema» desapareceria; (3) alterar as regras da contratação pública, que em nome da concorrência o que fazem é facilitar a vida à transferência de ativos para o grande capital. Todas estas opções o Governo rejeitou, e continuou apostado no discurso das inevitabilidades.

Depois foi apresentado aos trabalhadores e à própria Assembleia da República a decisão de constituir um ACE entre a Medway e a EMEF para a reparação do material rebocado e de integrar a Medway no ACE entre a Siemens e a EMEF para as locomotivas. Ambos os ACE passariam a ser dominados por capital privado, e foram por isso mesmo criticados pelo PCP e pelos ferroviários.

Entretanto, por um comunicado da Medway fomos informados que «... *ambas as empresas – MEDWAY e EMEF – decidiram não implementar o ACE que estava previsto e optaram por um outro modelo alternativo, mais favorável que assegura o mesmo objetivo: Garantir a manutenção e reparação do material circulante da MEDWAY.*» Veio depois a saber-se que esse modelo, pela qual «a EMEF e Medway optaram» (!) não passava de uma privatização sem venda: a EMEF

encerra a unidade, aluga as instalações à Medway e estimula os seus trabalhadores a irem para a Medway transferir o conhecimento adquirido, oferecendo inclusive garantias alargadas de retorno à EMEF caso a experiência corra mal (ou a multinacional já não precise desses trabalhadores).

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto o seguinte:

1. O que levou o Governo a optar por esta privatização encapotada a preço zero quando tinha opções que permitiam salvaguardar a propriedade pública e nacional deste ativo estratégico?
2. Sendo a (re)integração da EMEF na CP uma necessidade até para satisfazer as necessidades da própria circulação ferroviária nacional, porque razão continua o Governo a recusar essa reintegração?

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)